

CONGRESSO ATENDE EMPRESÁRIOS E RASGA CLT



PL 4330 passa, mas luta continua

A Câmara dos Deputados fez exatamente aquilo que os empresários cobravam e impôs um enorme ataque aos direitos dos trabalhadores. O texto-base do PL 4330, aprovado na Casa, amplia a terceirização e abre caminho para que se precarize as relações trabalhistas. Ao final, 324 deputados votaram favoravelmente ao projeto, 137 parlamentares foram contrários e apenas dois se abstiveram.

Indignado, o presidente da CUT, Vagner Freitas, apontou o tamanho do prejuízo que os parlamentares causaram ao país. “Hoje, no Congresso Nacional, vimos os deputados conduzirem o maior processo de retirada de direitos da história do Brasil”, afirmou o líder sindical.

Freitas apontou que não há tempo para lamentação e confirmou mobilizações e paralisação nacional contra a aprovação. “Nossa resposta aos patrões será nas ruas, vamos parar o Brasil.”

O PL 4330 não estabelece limites para a terceirização e afirma que qualquer função, inclusi-

ve a atividade-fim das empresas pode ser terceirizada. O modelo poderá ser adotado, inclusive, por órgãos públicos.

“O que se aprovou é a generalização da precarização do trabalho. No processo de terceirização, os riscos para o profissional são maiores. Abre a possibilidade para que o trabalhador seja demitido e não tenha a quem recorrer por seus direitos”, explicou Rosane da Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT.

Representantes do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, os diretores Antônio Júlio Gonçalves Neto, o Tony, e Júlio César Eleutério Mathias estiveram em Brasília para reforçar o protesto contra o projeto de lei e presenciaram a truculência policial sobre os trabalhadores. “Infelizmente hoje, no Brasil, o trabalhador é considerado vagabundo e o verdadeiro vagabundo é considerado herói nacional”, lamenta Tony.

Para o presidente Paulo Franco, a aprovação do PL 4330 não interessa à sociedade, mas so-

mente aos empresários.

“Os trabalhadores serão prejudicados. Os terceirizados continuarão com direitos rebaixados, enquanto os contratados terão empregos ameaçados, já que será mais barato e fácil terceirizar”, afirma o sindicalista, frisando que no setor financeiro os terceirizados têm salários 70% menores que os dos bancários, não possuem PLR, vales e outros direitos.

“Isso acontece em todas as categorias. A terceirização desorganiza os trabalhadores, o que vai dificultar cada vez mais novas conquistas”.

**Quem traiu os
Trabalhadores**
Acesse o link e veja os deputados
que votaram a favor do PL 4330
<http://goo.gl/VqzbzY2>

PALAVRA DO PRESIDENTE



Olá bancári@s,

Os interesses dos empresários prevaleceram na votação do PL 4330 na Câmara dos Deputados. Infelizmente. Isso, apesar de nossa luta e insistente campanha contra o projeto. Estamos caminhando para a precarização cada vez maior das relações de trabalho, perda de direitos e ampliação de riscos ao trabalhador, ameaça real aos empregos e rebaixamento salarial.

A aprovação desse projeto implica em um verdadeiro retrocesso nas relações trabalhistas no Brasil, com destruição de direitos que foram conquistados com muita luta e resistência. Seria uma brutal afronta à CLT.

No caso dos bancos, a terceirização já acontece em muitos setores, mas com a aprovação do PL 4330, a situação vai se agravar ainda mais. Em outras palavras, os postos de trabalho bancário diminuirão, sendo assumidos por funcionários de empresas que, apesar de realizarem os mesmos serviços, ganham salário inferior e têm jornadas maiores.

A redução geral e grave da renda do trabalhador brasileiro – injustificável – irá desencadear também, obviamente, uma série de problemas para os municípios, atingindo todos os brasileiros.

Apesar do desânimo que pode ter recaído sobre muitos de nós, não podemos esmorecer. Toda a categoria precisa ficar atenta, já que este é um momento importante de luta. Temos, sem dúvida, que ficar em pé e preparados para defender os direitos dos trabalhadores.

Paulo Franco
Presidente do Sindicato

Contraf: unidade assegura avanços

Representantes dos trabalhadores de todo o país elegeram a nova diretoria da Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) para o triênio 2015/2018. Na eleição realizada durante o 4º Congresso da entidade, nos dias 20, 21 e 22 de março, a chapa encabeçada por Roberto Von Der Osten venceu com 265 votos (76% do total), garantindo a representação majoritária na Diretoria Executiva e nos conselhos Fiscal e Diretivo.

“Vamos continuar a organizar e articular a categoria bancária para defender a democracia e os direitos dos trabalhadores”, afirmou Roberto Von Der Osten, que já presidiu o Sindicato dos Bancários de Curitiba, a CUT Paraná e atualmente ocupa o cargo de secretário de Finanças da Contraf-CUT. “Também vamos organizar a atuação dos bancários no Congresso Nacional contra o PL 4330 da terceirização, que deve retornar à pauta.”

De acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) o resultado acumulado das três últimas campanhas da categoria – 2012, 2013 e 2014 – representou a injeção de R\$ 25 bilhões no bolso dos bancários. Isso levando em consideração apenas os reajustes salariais, a Participação nos Lucros e Resultados, e os vales refeição, alimentação e a 13ª cesta.

Entre os debates realizados durante o Congresso da Contraf, destacaram-se a luta por reformas política e tributária, a democratização dos meios de comunicação e mudanças no Sistema Financeiro Nacional. Essas e outras questões, como a defesa dos empregos bancários, definirão a forma de atuação da Contraf nos próximos anos, e serão debatidas em seminário nacional a ser agendado.

A categoria sai fortalecida com o resultado do Congresso?

Sem dúvida, principalmente no que se refere à sua representatividade. Cada delegado, eleito em assembleia, respondeu por cerca de 1 mil trabalha-



Roberto Von Der Osten recebeu 76% dos votos

dores. Ou seja, o congresso propiciou o diálogo com toda a categoria espalhada pelo território nacional. Além disso, em nossa chapa (2) reunimos todas as correntes do movimento sindical, quase a totalidade dos sindicatos e apenas uma federação ficou de fora. Essa representatividade plural é essencial para ampliarmos a luta por melhores condições de trabalho nos bancos públicos e privados e também na defesa dos direitos dos trabalhadores.

E como será a mobilização daqui em diante?

Teremos de ampliá-la. Nosso primeiro embate será em 7 de abril quando deve ir a votação o PL 4330 que permite a terceirização da atividade-fim. Isso aconteceu no México, onde praticamente não há mais bancários e não podemos deixar que isso ocorra aqui, por isso estaremos ao lado da CUT para pressionar os deputados.

Como você analisa pessoas irem à Justiça para mudar um regimento interno?

É lamentável. Reforço que se os delegados foram eleitos em assembleia, caberia a eles decidirem democraticamente como deveria ser o processo. Não é admissível esse tipo de interferência.

Três anos de conquistas para os bancários

De 2012 a 2014, os funcionários de bancos privados, além de aumento real nos salários, também asseguraram avanços no combate ao assédio moral com a proibição da divulgação do nome do bancário em ranking e de envio de mensagens de cobranças aos celulares dos trabalhadores, e o abono-assiduidade que corresponde a uma folga durante o ano. Na Caixa Federal, houve a consolidação da PLR Social – distribuição linear de 4% do lucro líquido entre os empregados, a ampliação do número de bancários de 92 mil para 101 mil e evolução nos critérios para merecimento do Plano de Cargos e Salários. No Banco do Brasil, a luta assegurou, entre outras conquistas, aumento maior na carreira por mérito e avanços para os caixas e funcionários lotados nas centrais de atendimento. Ainda houve o vale-cultura, para bancários de instituições públicas e privadas, e o PLR sem IR, conquista de 2013.

Sindicato readequa piso superior e faz entrega dia 28

A sede do Sindicato dos Bancários de Catanduva recebeu melhorias em seu piso superior. Foram feitas readequações no auditório e implantado um novo espaço para os aposentados da categoria. Profissionais da Crivelli Advogados Asso-

ciados, que prestam assessoria jurídica ao Sindicato, também passam a ocupar o novo espaço do prédio - com estrutura adequada para bem atender os bancários. O local será apresentado à população no dia 28 de abril, terça-feira, às 19h30.

Palestra sobre Aposentadoria

A primeira atividade no novo auditório dos Bancários será a palestra com a advogada Sara Tavares Quental, da Crivelli Advogados Associados. O evento será no dia 28 de abril, terça-feira, a partir das 19h30.

Ela tomará a aposentadoria como tema, abordando, entre outros aspectos, o direito por tempo de contribuição, bem como os reflexos da aplicação do Fator Previdenciário no valor da renda mensal dos benefícios e as atuais propostas das centrais sindicais.

“A Previdência Social visa garantir o bem-estar social dos segurados e de sua família nos

momentos de dificuldade financeira e, segurança na ocorrência dos eventos doença, incapacidade, invalidez e morte, sendo importante a filiação ao Regime, a manutenção da qualidade de segurado e, saber as regras”, expõe Sara.

A magistrada também apresentará o posicionamento dos tribunais sobre a Desaposentação, direito assegurado ao aposentado que continua a exercer sua atividade profissional, vertendo contribuições à Previdência, de incorporar à aposentadoria concedida o tempo de contribuição laborado após a implantação do benefício.

Região vira alvo de bandidos; Sindicato critica governador



Em Pirangi, dinamite não explodiu, mas criminosos fugiram

A cidade de Pirangi voltou a ser alvo de bandidos que tentaram explodir um caixa eletrônico da agência do Banco do Brasil, na madrugada do dia 28 de março.

É o segundo ataque a bancos da cidade em menos de 40 dias - em fevereiro, houve explosão no Bradesco, danificando paredes, vidraças e a porta do estabelecimento. Desta vez, a dinamite não explodiu e os criminosos fugiram sem levar nada.

O presidente do Sindicato dos Bancários, Paulo Franco, esteve no local para acompanhar a movimentação da polícia. “Os bandidos estavam fortemente armados e arrombaram a porta principal sem qualquer

receio. A cidade possui apenas uma viatura policial, com contingente diminuto e armamento inferior ao dos assaltantes”.

Na visão do sindicalista, o Governo do Estado precisa reforçar o policiamento nas pequenas cidades, uma vez que elas se tornaram alvos preferenciais dos bandidos - exatamente por não oferecer resistência policial. “Ao contrário, o governador está sucateando e reduzindo o efetivo da PM”, alfineta.

No Brasil, segundo a 8ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, os ataques subiram 7% em 2014 e alcançaram 3.150 ocorrências, média assustadora de 8,63 por dia.

Pirangi sofreu dois ataques em 40 dias

Arrombamento

Bandidos arrombaram a agência do Banco do Brasil, na cidade de Monte Alto, no dia 7. Não foram utilizados explosivos. Eles entraram pela lateral, com provável uso de pé-de-cabra ou uma marreta. Podem ter utilizado algum veículo para forçar o acesso. “Alguém até se machucou, pois havia sangue no local”, relata o diretor Aparecido Augusto Marcelo.

Os meliantes pularam um tapume e arrombaram um cofre que não guarda dinheiro. Saíram sem levar nada. O Sindicato cobrará que a instituição bancária melhore seus itens de segurança, de modo a garantir a tranquilidade da vizinhança.



Seus Direitos

Plantão com a Crivelli Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao Sindicato, às quartas e quintas-feiras, das 9h às 17h30. Informações: (17) 3522-2409.

Intervalo de 15 minutos

Bancários que trabalham por seis horas diárias têm dúvidas quanto ao intervalo de 15 minutos. Isso porque em alguns bancos a pausa é inserida dentro da jornada, mas em outros não. Afinal, ela deve ou não ser computada dentro do tempo de jornada? O artigo 71 da CLT, parágrafo 2º, diz que “os intervalos de descanso não serão computados na duração de trabalho”, entretanto, o artigo 22, na seção específica dos bancários, dispõe que “a duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana (...). Assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de 15 (quinze) minutos para alimentação”.

O assunto foi levado inúmeras vezes à discussão no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que entendeu, de forma pacífica, conforme Orientação Jurisprudencial da SDI-1 nº 178, que “não se computa, na jornada do bancário sujeito a seis horas diárias de trabalho, o intervalo de quinze minutos para lanche ou descanso”. Nos últimos quatro anos, o posicionamento do TST manteve-se inalterado, no sentido de ser válida a jornada de 6h15, salvo se negociado em acordo ou convenção coletiva, ou se o bancário já possuía a jornada de 6 horas com intervalo dentro dela e o banco, unilateralmente, a modifique. Neste sentido, é inviável a discussão judicial da concessão do intervalo de 15 minutos dentro da jornada de trabalho - exceto se houver mudança de direito já adquirido.

Caixa

Falta de empregados e avanços nas promoções

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) e a Caixa Econômica Federal retomaram as negociações sobre a necessidade de novas contratações.

A Caixa não informou como serão feitas as convocações dos concursados e como pretende repor as vagas dos trabalhadores que irão sair do banco pelo Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA).

Para o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, este posicionamento do banco é preocupante, pois o quadro de pessoal atual já não é suficiente para atender a demanda e, agora, tem-se um agravante, com a reposição dos trabalhadores que irão sair no PAA.

“A falta de empregados acarreta uma série de problemas, como a queda na qualidade do atendimento, aumento das filas e, sobretudo, da pressão sobre os próprios empregados, que têm que suportar o estresse dos clientes e a cobrança dos diretores”, avalia o diretor sindical An-

tônio Júlio Gonçalves Neto, o Tony.

Entre as queixas dos empregados, estão o não pagamento de horas extras e fraudes no cumprimento da jornada de trabalho. A CEE cobrou medidas por parte dos gerentes para assegurar o cumprimento.

Outro ponto definido pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, é a contratação de 2 mil empregados até 31 de dezembro de 2015. Nos dois primeiros meses deste ano, conforme dados repassados na mesa de negociação permanente, houve 417 contratações e 146 desligamentos.

Quanto à promoção por mérito, o novo modelo traz avanços significativos como a conquista de um delta com 40 pontos, 10 a menos que no anterior. Outros avanços foram a pontuação extra de 10 pontos e a valorização dos critérios subjetivos, que asseguram maior participação no processo de distribuição dos deltas. A sistemática terá pontuação máxima de 70. Os critérios subjetivos somam 20 pontos.

Agência da Caixa de José Bonifácio reforçou movimento



Caixa continua 100% pública

A Caixa Econômica Federal vai permanecer 100% pública. O governo vai estudar, porém, a abertura de capital da Caixa Seguradora. “A presidenta Dilma decidiu que a Caixa continua 100% pública”, disse Miriam Belchior, presidente do banco.

Para o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, o anúncio é uma vitória do movimento dos trabalhadores. “Essa conquista é fruto da mobilização dos mais de 100 mil empregados, dos movimentos sociais e dos brasileiros”, avalia.

A mobilização começou no fim do ano passado. Foram solicitadas diversas audiências com o governo. Uma das principais deliberações foi a criação do Comitê Nacional em Defesa da Caixa 100% Pública.

O Dia Nacional de Luta em Defesa da Caixa 100% Pública, em 27 de fevereiro, foi histórico. “Milhares de empregados postaram fotos nas redes sociais segurando cartazes. O recado contra a abertura de capital foi sonoro”, lembra Fabiana Maheus, coordenadora da Comissão.

Santander

Bancários questionam programa ‘Retorne Bem’ e perícias médicas

O banco Santander anunciou o programa “Retorne Bem” como uma ferramenta para auxiliar os bancários em processo de volta de licença. Na prática, porém, o Sindicato entende que o instrumento é uma forma do banco administrar a questão dos afastados e se resguardar de ações judiciais.

A apresentação foi feita em reunião do Fórum de Saúde e Condições de Trabalho.

Em resposta, os trabalhadores protocolaram carta expondo o porquê do entendimento e pautando soluções.

O diretor do Sindicato dos Bancários de Catanduva e integrante da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, Aparecido Augusto Marcelo, participou do encontro.

Além da discussão sobre o “Re-

torne Bem”, debateu-se a autonomia dos médicos. Isso porque os profissionais contratados pelo Santander não reconhecem, nas consultas, problemas que classificam os bancários como inaptos ao trabalho.

“O Santander foi obrigado a reconhecer o problema. O médico contratado é orientado, antes de considerar o trabalhador inapto, a entrar em contato com o coordenador de saúde ocupacional do banco”. Representantes da instituição se comprometeram a acabar com o fluxo de inaptidão, mas a fiscalização do Sindicato prossegue.

“Se o médico não olhar os exames ou se houver algo que indique que o profissional está obedecendo ordens e não diagnosticando com imparcialidade, o bancário deve denunciar ao Sindicato.”

Médicos não têm autonomia em consultas



Sindicato é representado no COE pelo diretor Marcelo (segundo dir. à esq.)

Mercantil do Brasil

Abastecimento frontal preocupa

A onda de violência que assola o Estado de São Paulo, com ataques sistemáticos aos bancos, aumenta a preocupação do Sindicato com a segurança dos bancários, clientes e usuários das instituições financeiras.

Na região, uma das agências cuja estrutura mais preocupa é a do Mercantil do Brasil, em que o abastecimento dos caixas eletrônicos ainda

é feito por funcionários de maneira frontal. “Já constatamos que, durante o abastecimento, o local está sempre muito lotado de clientes, colocando em risco os trabalhadores que fazem o serviço”, expõe o diretor Carlos Alberto Moretto.

Um ofício foi encaminhado à diretoria da agência cobrando melhorias no local e a ampliação do prédio.

Banco do Brasil

Bancários debatem portabilidade para o plano Cassi

Empregados do Banco do Brasil, oriundos da Nossa Caixa, participaram de um debate, na sede do Sindicato, a respeito da portabilidade do plano de saúde Economus para a Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

A questão é de interesse de trabalhadores incorporados pelo BB, que comprou a Nossa Caixa em 2008.

Em deliberação dos bancários, optou-se por aguardar o trâmite da Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, em Brasília, com abrangência nacional e cujo julgamento está previsto para os próximos meses.

“Estamos cientes dos problemas enfrentados pelos trabalhadores incorporados, por isso queremos auxi-

liar a categoria, denunciando a discriminação na Justiça se necessário”, afirma o presidente Paulo Franco.

Os empregados com interesse específico na portabilidade para o

plano Cassi, que queiram apresentar ações individuais, podem buscar orientações no plantão jurídico do Sindicato, às quartas e quintas-feiras, das 9 às 17h30.

BB dificulta conferências de saúde da Cassi

Os diretores eleitos da Cassi, William Mendes e Mirian Fochi, divulgaram manifesto em defesa das Conferências de Saúde da Cassi em 2015. O documento lamenta a posição do Banco do Brasil e defende a participação social, preconizada em seu Estatuto, artigo 51, inciso XV, que determina ser responsabilidade da Diretoria Executiva “estimular a instalação e apoiar os Conselhos de Usuários em suas atividades junto às dependências regionais”. O BB, por sua governança - diretores e conselheiros deliberativos -, vetou a concessão da verba para a realização das Conferência de Saúde do primeiro semestre e se baseou no fato de não haver peça orçamentária aprovada para o ano calendário. “Os representantes do Corpo Social lamentam a postura do Banco do Brasil e entendem ser de fundamental importância a Participação Social neste momento que vive a Caixa de Assistência para se encontrar a melhor solução para o custeio e a sustentabilidade”, diz o manifesto.

Itaú

Agências da região ganham biombos e portas giratórias

O Itaú confirmou, por meio de seu Relações Sindicais, Romualdo Garbos, que as agências da região de Catanduva ganharão biombos e portas giratórias nos próximos meses. Atualmente, cinco unidades não dispõem desses itens. A primeira contemplada será a agência 8040, de Monte Alto, que receberá biombos este mês - após intervenção do diretor Aparecido Augusto Marcelo.

Após cobranças do Sindicato, a instituição financeira confirmou que instalará biombos na agência de Itápolis (8039) e a porta giratória em Ibirá (8080). As melhorias serão feitas no mês de julho.

Depois, o Itaú de Novo Horizonte (1539) receberá as duas ferramentas de segurança: biombos nos

caixas e porta giratória. A previsão é que as melhorias estejam concluídas em setembro.

“É uma conquista para os clientes e os bancários, que terão mais segurança no acesso às suas agências, e mais privacidade ao fazer uso dos caixas”, avalia o diretor Carlos Alberto Moretto.

Santa Adélia

A falta de biombos e da porta giratória na agência 0397 de Santa Adélia é o caso mais preocupante. Isso porque a cidade sequer dispõe de lei que obrigue a instituição financeira a se regularizar. O Sindicato encaminhou ofício à Câmara de Vereadores, cobrando mobilização e mais preocupação com os cidadãos.

HSBC

Pagamento de bônus vira mistério

Envolvido em um estrondoso escândalo de evasão de divisas, o HSBC pagou o bônus aos seus funcionários brasileiros. Entretanto, o comentário nas agências é: “cadê o bônus?” E a resposta mais ouvida: “ninguém sabe ninguém viu”.

Na prática, poucos bancários receberam e aqueles que foram agradados não têm ideia de como o banco chegou ao valor, já que não foram divulgados os cálculos e tampouco os critérios para o recebimento.

O HSBC Brasil teve prejuízo líquido de R\$ 549,1 milhões em 2014. Apesar do resultado, o banco alega ter distribuído R\$ 214,3 milhões a

título de participação nos lucros aos 20.165 funcionários do país.

A mobilização dos bancários da instituição na Campanha Nacional garantiu o pagamento de R\$ 3 mil a cada funcionário, a título de participação nos resultados do trabalho: R\$ 2 mil foram pagos em 2014 e R\$ 1 mil em fevereiro deste ano.

Mas a contabilidade aponta mistérios. Se este valor for multiplicado pelo número de bancários, o resultado será algo em torno de R\$ 60,4 milhões, e mesmo se for somada a parcela da PLR paga em fevereiro de 2014 não se atinge os R\$ 214 milhões que o banco alega ter reservado.

Bradesco

Banco assedia e reduz quadro de funcionários; clientes ‘se ajudam’

É cada vez mais gritante a falta de funcionários nas agências do Bradesco. Com o Projeto Atendimento, implementado pela instituição financeira, os clientes estão sendo paulatinamente “retirados” do interior do banco e direcionados para canais alternativos de atendimento.

Essa situação intensifica os desligamentos, tendo em vista a suposta redução do fluxo nas agências.

“Essa lógica incoerente está sendo preservada apesar das ações que o Sindicato vem desempenhando e da pressão sobre o banco”, comenta o diretor Roberto Carlos Vicentim.

Na área de autoatendimento de Urupês, a redução de funcionários faz com que clientes ajudem uns aos outros, devido à ausência de uma pessoa que possa orientá-los no manuseio do equipamento. O relato é do dirigente sindical Euclides de Almeida Prado. “Houve demissões recentes nessa agência, que tem cada vez menos funcionários”, lamenta.

Os cortes de pessoal ocorrem apesar do lucro de R\$ 15,359 bilhões

que a instituição obteve no ano passado. A cifra corresponde a um salto de 25,9% sobre o valor de 2013.

Apesar das cobranças do Sindicato, o Bradesco, por sua vez, segue na contramão da valorização do trabalhador. O fato é bastante evidente na agência de Catanduva, cujos clientes continuam sendo direcionados a outros canais de atendimento - a despeito da pressão sindical.

Para Euclides, essa política de medo está impressa nos olhos dos bancários. “Eles nunca sabem se estarão empregados no dia seguinte” declara. Segundo ele, a falta de funcionários nas agências causa sobrecarga de serviços, assédio moral, estresse, insegurança e prejudica a qualidade do atendimento.

Além disso, são frequentes as cobranças excessivas, metas elevadas e o assédio moral - caso da agência de Pindorama, cujas denúncias tornaram-se recorrentes. “O Sindicato está atento às demissões e aos casos de assédio, não vamos baixar a guarda”, protesta Roberto.

Em Pindorama, assédio moral é recorrente

Sindicato obtém apoio para ampliar proteção à mulher



O debate promovido pelo Sindicato dos Bancários, em parceria com a CUT de Rio Preto, permitiu discussões profundas sobre o cenário de violência enfrentado pelas mulheres e viabilizou o apoio de vereadores à implantação de uma Casa Abrigo para acolher as vítimas.

Mediada pelo presidente Paulo Franco, a discussão teve participação da assistente social Eni Fernandes, secretária dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoas com Deficiências, Raça e Etnia de São José do Rio Preto, vereadores e outras autoridades locais, representantes de sindicatos e populares.

Para Eni, a ampliação da proteção às mulheres em Catanduva deve partir da criação de um departamento municipal específico

para tratar do tema. Depois, outra peça-chave seria uma Casa Abrigo. A proposta ganhou apoio do vereador Amarildo Davoli (PT). Ele assinará requerimento encaminhando a minuta de um projeto de lei ao prefeito.

A exposição jurídica ficou por conta da advogada Marina Salinas Serano, da Crivelli Advogados Associados, que apresentou os avanços após a Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, após a Lei Maria da Penha (11.340/06) – que criou mecanismos para coibir a violência contra a mulher. “A igualdade de gênero não é só direito da mulher. É um dever do Estado, que deve implementar políticas para que isso aconteça. Tais ações visam equilibrar a subjugação que a mulher vive na sociedade”.

Objetivo é criar Casa Abrigo no município

Marina Salinas Serano, da Crivelli Advogados Associados, que apresentou os

Convênios

PSICOLOGIA, NUTRIÇÃO E TERAPIA OCUPACIONAL
Centro Especializado Educacional de Estimulação e Reabilitação - CEEER
Rua Recife, nº 229, Centro
Contato: (17) 3521-6091
Catanduva/SP

VEÍCULOS
Freewet Catanduva
Limpeza a Seco
Contato: (17) 99626-4794
Catanduva/SP

EDUCAÇÃO
Centro Universitário Uniseb/FGV
Ribeirão Preto, Rio Preto, Araçatuba, Araraquara, São Carlos, Franca e Barretos
www.uniseb.com.br/fgv

TURISMO
Flyworld Viagens
Rua Minas Gerais, nº 635
Sala 01, Centro
Contato: (17) 3045-5695
Catanduva/SP

PORQUE FOMOS ÀS RUAS

Pelo menos 100 mil pessoas saíram de casa no dia 13 de março, em nome da democracia, reforma política, Petrobras e em defesa dos direitos da classe trabalhadora. O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região reforçou o coro, com participação do presidente Paulo Franco e vários diretores.

“O Sindicato dos Bancários representou a categoria, já que a luta é de todos os trabalhadores. Todas as manifestações, desde que pacíficas, são importantes para cobrar melhorias dos governos, punição para os corruptos e um país melhor. Entretanto, temos que garantir a democracia, sem permitir retrocessos ou golpismo”, frisou Paulo Franco.

Medida fundamental para que novo avanço aconteça é, para o sindicalista, a reforma política, com o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas. “Temos ainda que garantir que a Petrobras continue nas mãos dos brasileiros.”

Outra bandeira do ato foi a garantia dos direitos trabalhistas, com postura contrária às medidas provisórias 664 e 665, que restringem o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, pensão por morte e auxílio-doença.

Os trabalhadores mandaram das ruas um recado ao governo e ao mercado financeiro: não aceitarão pagar a conta do ajuste fiscal proposto pelo Executivo.



Sindicato dos Bancários de Catanduva marcou presença no ato

Clube



O Clube dos Bancários funciona de terça a domingo:
Segunda-feira: Fechado
Terça-feira: 14 às 22h
Quarta a domingo: 9 às 18h
*Ver horários diferenciados de 13 a 23/04 no site dos Bancários

Sem golpismo ou impeachment

Outra parcela da população foi às ruas, no dia 15 de março, para protestar contra a corrupção, desvios na Petrobras, a alta da inflação e dos combustíveis, a falta de ética na política e o fraco desenvolvimento econômico. Paulo Franco, presidente do Sindicato, reconheceu a legitimidade do manifesto, mas rechaçou o golpismo, a reivindicação pelo *impeachment* da presidenta, o caráter partidário dos protestos e as menções a uma intervenção militar.